



INTERFACE
ISSN 2448-2064



256

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA CIDADE DE SILVANÓPOLIS – TO.

ENVIRONMENTAL EDUCATION IN PUBLIC SCHOOLS OF SILVANÓPOLIS CITY - TO.

Gislene Correia dos Santos¹

Universidade Federal do Tocantins (EaD - UAB)
gislenesantos@mail.uft.edu.br

Renilton Delmundes Bezerra²

Universidade Federal do Tocantins (EaD - UAB)
renilton@uft.edu.br

Vanessa Carolina de Sena Correia³

Universidade Federal do Tocantins (EaD - UAB)
vcsbio@gmail.com

Resumo

O presente artigo é a consolidação de uma pesquisa realizada sobre o planejamento e a prática da Educação Ambiental nas escolas públicas da cidade de Silvanópolis - Tocantins. O objetivo principal do trabalho foi compreender o processo de ensino da Educação Ambiental e analisar sua inserção no Projeto Político Pedagógico das escolas pesquisadas, avaliando as discussões das questões ambientais nas atividades escolares, sob a perspectiva da educação como alicerce das mudanças sociais. Para obtenção dos resultados, foram aplicados questionários com onze questões abertas e fechadas às coordenações pedagógicas das cinco escolas públicas da zona urbana do município, além do estudo bibliográfico para complementação dos dados. De acordo com as respostas dos questionários, os projetos desenvolvidos nessas instituições de ensino visam uma sensibilização geral sobre a importância dos recursos naturais. Nesse sentido a escola tem a função de mediar a construção de referenciais ambientais e usá-los como instrumentos para o desenvolvimento de uma prática social centrada no conceito de sustentabilidade. Cabe à escola propiciar condições que garantam aos educandos as

¹ Licenciada em Biologia pela Universidade Federal do Tocantins - EaD/UAB

² Biólogo – Tutor do curso de Licenciatura em Biologia pela Universidade Federal do Tocantins – EaD/UAB. Mestrando em saúde coletiva pela Universidade Federal da Bahia.

³ Bióloga – Tutora do curso de Licenciatura em Biologia pela Universidade Federal do Tocantins – EaD/UAB. Doutoranda em biotecnologia pelo Programa de Pós-Graduação da Rede Bionorte e Universidade Federal do Tocantins

ações necessárias para torna-los conhecedores e gestores do seu próprio ambiente, contribuindo para que eles sejam capazes de se tornarem sujeito da sua história.

Palavras-chave: Prática pedagógica, Ambiente, Sensibilização, Projetos.

Abstract

This article is a consolidation of a survey conducted on the planning and practice of environmental education in public schools in the city of Silvanópolis - Tocantins. The main objective was to understand the environmental education of the teaching process and analyze its insertion in the Pedagogical Political Project of the surveyed schools, assessing the discussions of environmental issues in school activities, from the perspective of education as the foundation of social change. To obtain these results we applied questionnaires with eleven open and closed questions, which were answered by pedagogical coordination of the five public schools in the urban zone of the municipality in addition to bibliographic study to complement the data. According the questionnaire answers, the projects developed by these educational institutions, aimed at a general awareness of the importance of natural resources. In this sense the school has the function of mediating the construction of environmental benchmarks and use them as instruments for the development of a social practice centered on the concept of sustainability. It is for the school to provide conditions which ensure that students like stocks the necessary to become - them and knowledgeable managers do their own environment, contributing to what eels be able to become subject of your history.

Keywords: Pedagogical Practice, Environment, Awareness, Projects.

1. INTRODUÇÃO

A educação ambiental (EA) tem ganhado força e destaque diante das catástrofes ambientais, de um clima cada vez mais instável, com estações menos definidas, secas e inundações em diferentes áreas; além dos crimes ambientais que trazem consequências graves para a saúde e bem estar da sociedade, provocando desequilíbrios ecológicos, afetando a sustentabilidade e a economia do país.

Atualmente, a preocupação com o ambiente está tornando cada vez mais frequente à prática da educação ambiental nas escolas. Com o advento dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), a disciplina de Ciências passou a ter um novo enfoque nas instituições públicas de ensino no que é concernente à Educação Ambiental. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96 em seu artigo 7º prediz que os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios (BRASIL, 1998a).

A educação ambiental é fundamental para uma sensibilização do homem em relação ao mundo em que vive, para que se possa ter cada vez mais qualidade de vida sem desrespeitar o meio ambiente. Sendo a escola um espaço formativo de construção de ideias e de planejamento, ela torna-se o lugar mais propício para ser discutir e trabalhar a educação ambiental (KINDEL; LISBOA, 2012).

Segundo Silva (2008) “a escola é o espaço social e o local onde o aluno dará sequência ao seu processo de socialização, iniciado em casa, com seus familiares”. Assim, é evidente a importância da escola no processo de formação, tanto social, quanto ambiental, dos seus alunos. Comportamentos ambientalmente corretos devem ser assimilados desde cedo pelas crianças e devem fazer parte do seu dia-a-dia, quando passam a conviver no ambiente escolar.

Diante disso, faz-se necessário conhecer as práticas de educação ambiental desenvolvidas nas instituições de ensino. Tais análises, porém, não devem se restringir à simples averiguação da existência de projetos relacionados à temática ambiental; é preciso analisar, de forma crítica, os contextos e abordagens da educação ambiental nas escolas, a participação da comunidade escolar, e dos diversos atores sociais, na elaboração e execução dos projetos em EA, bem como a coerência entre o que se “ensina” em EA e as práticas cotidianas da comunidade escolar.

Nesse contexto, esta pesquisa se baseou em um livro desenvolvido pelo Ministério da Educação e Cultura e UNESCO, intitulado “O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental?”, cujo objetivo principal é analisar os projetos desenvolvidos pelas escolas em diferentes regiões brasileiras no que se refere a gestores, parcerias, público-alvo e ações diárias da escola em relação à educação ambiental. A partir dessa perspectiva, analisou-se o processo do ensino da Educação Ambiental e sua inserção no Projeto Político Pedagógico, avaliando-se as discussões das questões ambientais nas atividades escolares das escolas públicas da cidade de Silvanópolis – TO.

Com uma população de 5.345 habitantes, Silvanópolis está localizada à margem direita da rodovia TO-050, na região sudeste do Estado do Tocantins, segundo dados do IBGE (2015). O município não tem coleta seletiva, o lixo é recolhido pelo serviço de limpeza da prefeitura e jogado em lixões a céu aberto. Há muitos lotes baldios e os moradores da cidade costumam jogar o lixo nesses terrenos. Outro fator relevante em termos ambientais são os grandes plantios de soja, monoculturas, que traz como consequência, além dos ganhos econômicos, o desmatamento e a contaminação dos rios locais por agrotóxicos.

2. REVISÃO TEÓRICA

Podemos afirmar que a Educação Ambiental surgiu a partir do movimento ecológico com enfoque naturalista e só mais tarde se tornou uma proposta educativa dialogando com as tradições, teorias e saberes (CARVALHO, 2008). Apesar deste enfoque ainda estar presente em muitas concepções, houve conflitos e embates até se perceber a necessidade de uma prática voltada à formação crítica dos sujeitos (ALMEIDA, 2011).

Em 2006, o MEC publicou o material didático Probio/EA, fruto do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – PROBIO desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente. O material teve como objetivo divulgar os conhecimentos adquiridos sobre o uso sustentável da biodiversidade brasileira (SAITO, 2006). Foi uma contribuição importante que instrumentalizou a prática pedagógica em sala de aula ao trabalhar com situações conflito e suas soluções contemplando diferentes aspectos relacionados à questão ambiental (ALMEIDA et al., 2010).

Segundo BRASIL (1998b) a principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente na escola é contribuir para a formação de cidadãos ativos, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e aprendizagem de procedimentos. E esse é um grande desafio para a educação.

Nesse sentido o projeto pedagógico da escola, deve partir do que já existe no cotidiano do aluno e propor outros significados à sua realidade. Em função disso, ele se torna, ao mesmo tempo, um dever e um direito da escola: Um dever por se tratar do elemento responsável pela vida da escola em seu tempo institucional. Um direito porque, por meio dele, a escola consolida sua autonomia e os seus vários atores podem pensar, executar e avaliar o próprio trabalho (KINDEL; LISBOA, 2012).

A Conferência de Tbilisi (1977) é considerada um dos principais eventos sobre Educação Ambiental do Planeta. Esse evento foi organizado a partir de uma parceria entre a UNESCO e o Programa de Meio Ambiente da ONU - PNUMA e, desse encontro, saíram às definições, os objetivos, os princípios e as estratégias para a Educação Ambiental no mundo. Eles foram transformados em doze pequenos mandamentos, que podem guiar as "boas ações" de quem pratica educação ambiental:

1. Considerar o meio ambiente em sua totalidade: em seus aspectos natural, tecnológico, social, econômico, político, histórico, cultural, técnico, moral, ético e estético.
2. Construir um processo permanente e contínuo, durante todas as formas do ensino formal, desde o início da educação infantil.
3. Aplicar um enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada área, de modo a se conseguir uma perspectiva global da questão ambiental.
4. Examinar as principais questões ambientais do ponto de vista local, regional, nacional e internacional.
5. Concentrar-se nas questões ambientais atuais e naquelas que podem surgir, levando-se em conta a perspectiva histórica.
6. Insistir no valor e na necessidade da cooperação local, nacional e internacional, para prevenir os problemas ambientais.
7. Considerar explicitamente os problemas ambientais nos planos de desenvolvimento e crescimento.
8. Promover a participação dos alunos na organização de todas as suas experiências de aprendizagem, dando-lhes a oportunidade de tomar decisões e aceitar suas consequências.
9. Estabelecer para os alunos de todas as idades uma relação entre a sensibilização ao meio ambiente e a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes, para resolver problemas e clarificar valores, procurando, principalmente, sensibilizar os mais jovens para os problemas ambientais existentes na sua própria comunidade.
10. Ajudar os alunos a descobrirem os sintomas e as causas reais dos problemas ambientais.
11. Ressaltar a complexidade dos problemas ambientais a necessidade de se desenvolver o sentido crítico, e as atitudes necessárias para resolvê-los.
12. Utilizar diversos ambientes com finalidade educativa, e uma ampla gama de métodos para transmitir e adquirir conhecimento sobre o meio ambiente. (BRASIL, 1999).

Nas escolas, a educação ambiental perpassa em todos os níveis de ensino, como tema transversal, sem constituir disciplina específica, como uma prática educativa integrada, envolvendo todos os professores, que deverão ser treinados para incluir o tema nos diversos assuntos tratados em sala de aula (MARCATTO, 2002).

A Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, em seus artigos 1º e 2º preconizam que:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Apesar da importância dos PCN's para a inserção da Educação Ambiental nas escolas, segundo Bizerril e Faria (2001) "... resta a dúvida sobre os limites da capacidade das escolas em compreender as propostas contidas no documento, bem como em ter motivação suficiente ou metodologia para executá-las". Isso porque o trabalho interdisciplinar ainda é visto com muita dificuldade por parte da maioria dos professores. Uns dos motivos dessas dificuldades são a falta de formação e o medo de exposição de muitos professores, que preferem continuar trancados em suas salas de aula a expor seu trabalho diante dos outros, se abrindo e se sujeitando a possíveis críticas (NARCIZO, 2009).

Nesse sentido, para se efetivar uma Educação Ambiental de qualidade, devem-se observar procedimentos que favoreçam o envolvimento, o comprometimento e a participação das pessoas. Para isto, torna-se necessário promover atividades e exercer funções que promovam a presença e o fortalecimento da atuação das pessoas no interior das escolas (SATO; CARVALHO, 2005).

Apesar de ser uma exigência legal, a Educação Ambiental deve ser trabalhada de forma prazerosa, ainda que difícil de ser desenvolvida, pois requer atitudes concretas, como mudanças de comportamento pessoal e comunitário, tendo em vista que para atingir o bem comum devem-se somar atitudes individuais. Enfim, as dificuldades são grandes quando se

quer trabalhar verdadeiramente a Educação Ambiental, mas precisam ser enfrentadas (NARCIZO, 2009).

A educação ambiental se torna fundamental para estudar e pesquisar recursos e melhorias para o ensino, principalmente o público, para manter a integração dos pais com a escola, disponibilizar alternativas construtivas para os discentes indisciplinados, e recursos para aqueles que apresentarem dificuldades e para os que se mostrarem espertos e rápidos em relação ao conteúdo trabalhado. Uma maneira de interagir com os alunos se dá através da elaboração de projetos que incluam, por exemplo, dinâmicas, visitas, trabalhos em grupos (PIRES et al., 2013).

A escola é o espaço próprio da tarefa educativa. Nela atuam profissionais cuja tarefa está ligada à transmissão da cultura – gestores, professores e outros especialistas da educação. Sendo a escola uma instituição inserida num todo social mais amplo e complexo, há um consenso sobre o fato de que a Educação Ambiental é uma tarefa coletiva da sociedade. Isso quer dizer que, embora seja dirigida por uma equipe de pessoas que nela trabalham, ela não pode ficar à margem do contexto em que se insere (MARCATTO, 2002).

Segundo Sousa et al. (2011) os professores, por estarem em uma posição de liderança, podem contribuir para o aprendizado sobre o ambiente a partir das séries iniciais, despertando em seus alunos o gosto e a paixão pela natureza. Fazendo com que as crianças aprendam desde cedo que é necessário cuidar e preservar através de ações individuais, que somadas fazem toda a diferença e proporcionam transformação do ambiente no qual estão inseridas.

Assim, a escola pode transformar-se no espaço em que o aluno terá condições de analisar a natureza em um contexto entrelaçado de práticas sociais, parte componente de uma realidade mais complexa e multifacetada. O mais desafiador é evitar cair na simplificação de que a educação ambiental poderá superar uma relação pouco harmoniosa entre os indivíduos e o ambiente mediante práticas localizadas e pontuais, muitas vezes distantes da realidade social de cada aluno (JACOBI, 2003).

Projetos impostos por pequenos grupos ou atividades isoladas, gerenciadas por apenas alguns indivíduos da comunidade escolar – como um projeto de coleta seletiva no qual a única participação dos discentes seja jogar o lixo em latões separados, envolvendo apenas um professor coordenador – não são capazes de produzir a mudança de mentalidade necessária para que a atitude de reduzir o consumo, reutilizar e reciclar resíduos sólidos se estabeleça e transcenda para além do ambiente escolar. Portanto, deve-se buscar alternativas que promovam uma contínua reflexão que culmine na metanóia (mudança de mentalidade); apenas dessa forma, conseguiremos implementar, em nossas escolas, a verdadeira Educação Ambiental, com atividades e projetos não meramente ilustrativos, mas fruto da ânsia de toda a comunidade escolar em construir um futuro no qual possamos viver em um ambiente equilibrado, em harmonia com o meio, com os outros seres vivos e com nossos semelhantes (NARCIZO, 2009).

Sorrentino et al. (2005) afirma que a EA, ao propor uma educação para cidadania possibilita a ação política, contribui na formação de uma coletividade responsável pelo mundo que habita. Assim, a política de EA, no Brasil e no mundo buscam superar o racionalismo instrumental que impede a participação, a emancipação, a diversidade e a solidariedade.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa foi realizada em agosto de 2014, através da aplicação de questionários, no município de Silvanópolis – TO, em todas as escolas públicas da área urbana (cinco escolas): três municipais e duas estaduais. Os questionários foram compostos por onze questões abertas e fechadas que foram respondidos pelos coordenadores pedagógicos

das escolas. Por questões éticas, os nomes dessas instituições não serão divulgados, sendo identificadas por números durante a discussão dos resultados.

As questões abordaram a inserção da educação ambiental no Projeto Político Pedagógico, os tipos de atividades aplicadas e os agentes e públicos-alvo envolvidos nas ações escolares.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

As cinco escolas, nos quais os questionários foram aplicados, responderam que trabalham a educação ambiental através de projetos, com ações inclusas no Projeto Político Pedagógico. A equipe diretiva, professores e alunos já desenvolveram (ou desenvolvem) alguma atividade que aborda a Legislação Ambiental. Os projetos desenvolvidos estão expostos na tabela 1.

De acordo as respostas do questionário, os projetos desenvolvidos pelas escolas, visam uma sensibilização geral sobre a importância dos recursos naturais. Nesse sentido a escola tem a função de mediar à construção de referenciais ambientais e usá-los como instrumentos para o desenvolvimento de uma prática social centrada no conceito da natureza (JACOBI, 2003).

A escola é um espaço criador de trabalhos com a Educação Ambiental, e esse trabalho, como foi visto ao longo do estudo, pode ser feito de formas concretas pertinentes ao currículo escolar. A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal (BRASIL, 1998b).

Tabela 1. Projetos de Educação Ambiental desenvolvidos nas escolas públicas da cidade de Silvanópolis – TO.

Escolas	Projetos
1	Projeto meio ambiente; Projeto horta na escola; Exposição de imagens sobre o meio ambiente.
2	Projeto meio ambiente; Projeto horta na escola; Palestras com Engenheiro Ambiental.
3	Projeto plante uma árvore; Projeto horta na escola; Palestras e exposições sobre o meio ambiente.
4	Projeto meio ambiente; Projeto horta na escola; Palestras com Engenheiro Agrônomo.
5	Projeto sustentabilidade e reciclagem; Projeto horta na escola; Palestras sobre preservação do meio ambiente.

Fonte: Elaborada pelos autores (UFT/Licenciatura em Biologia EaD, 2014).

As escolas trabalham geralmente com atividades formais, com temas geradores predominantemente: como lixo, proteção do verde, degradação dos mananciais, para fazer acontecer à interdisciplinaridade, mas, o que se pretende com a Educação Ambiental na escola, é que ela seja um processo de permanente aprendizagem, que valoriza as diversas formas de conhecimento e constitua cidadãos com consciência local e uma visão do planeta, com atividades muito além das formais (NARCIZO, 2009)

Segundo o MEC (2006), a Educação Ambiental no Brasil é aplicada por intermédio de três modalidades principais: Projetos, Disciplinas Especiais e Inserção da Temática Ambiental

nas Disciplinas. E as principais temáticas abordadas são: água, lixo, reciclagem, poluição e saneamento básico.

A escola precisa preocupar-se em atender às necessidades específicas da comunidade na qual está inserida, planejando seu trabalho a médio e longo prazo, através de um projeto pedagógico. O projeto pedagógico torna-se fundamental para a escola por ser o elemento norteador da organização do seu trabalho, visando ao sucesso na aprendizagem dos alunos – finalidade maior da escola como instituição social (BRASIL, 1998a).

As cinco escolas responderam que suas atividades são realizadas de forma interdisciplinar. Nesse sentido como expõe Jacobi (2003) a Educação Ambiental deve iniciar-se como um amplo processo em nível global orientado para criar as condições que formem uma nova consciência sobre o valor da natureza e para reorientar a produção de conhecimento baseada nos métodos da interdisciplinaridade e nos princípios da complexidade. Esse campo educativo tem sido fertilizado transversalmente, e isso tem possibilitado a realização de experiências concretas de educação ambiental de forma criativa e inovadora por diversos segmentos da população e em diversos níveis de formação. Nessa perspectiva, a sala de aula passa a ser espaço de trocas reais entre os alunos e professores, diálogo que é construído entre conhecimentos sobre o mundo onde se vive e que, ao ser um projeto coletivo, estabelece a mediação entre as demandas afetivas e cognitivas de cada um dos participantes.

Paiva (2005) aponta que a relação de desafio e de construção coletiva, é alimentada pela percepção das conquistas por parte do grupo e pelos novos desafios que constantemente são enfrentados juntos. Seguindo esse raciocínio a (Tabela 2) apresenta um panorama de quais grupos auxiliam a construção da educação ambiental nas escolas públicas de Silvanópolis.

Tabela 2: Os gestores da educação ambiental nas escolas públicas pertencentes à cidade de Silvanópolis – TO.

Escolas	Gestores
1	Coordenação do meio ambiente do município e funcionários da escola.
2	Apenas os funcionários participam
3	Prefeitura Municipal; Secretaria Municipal da Educação e funcionários da escola.
4	Prefeitura Municipal; Secretaria Municipal da Educação; Diretoria do meio ambiente local e funcionários da escola.
5	Apenas os funcionários participam.

Fonte: Elaborada pelos autores (UFT/Licenciatura em Biologia EaD, 2014).

Os projetos voltados para a Educação Ambiental na escola é uma forma de trabalho em equipe que favorece a articulação entre os diferentes conteúdos. Para tanto é importante o fortalecimento das organizações sociais e comunitárias mediante parcerias, de informação e capacitação para participar crescentemente dos espaços públicos de decisão e para a construção de instituições pautadas por uma lógica de sustentabilidade (JACOBI, 2003).

Em relação à participação dos pais nos projetos de educação ambiental das instituições pesquisadas, foi observado que dificilmente participam, ficando assim em evidencia que apenas os alunos se envolvem nesses projetos. E a comunidade em geral participa de alguns projetos, mas de forma esporádica. É importante frisar que os projetos desenvolvidos pelas escolas, estão voltados para a sensibilização, sobre a utilização dos recursos naturais. Assim é imprescindível a participação e envolvimento dos pais, bem como de toda a comunidade de Silvanópolis no desenvolvimento desses projetos.

No quesito de como a escola vive a Educação Ambiental, analisou-se a presença de coleta seletiva e programa de reciclagem, em relação ao destino do lixo escolar. E observou-se que apenas uma escola entre as cinco analisadas vivenciam essas práticas. O fim dado ao lixo produzido em quatro escolas é o recolhimento do lixo pela prefeitura. Em uma única escola há separação do lixo reciclável, e esses são destinados à reciclagem em uma cidade vizinha.

Segundo o MEC (2006), as tabulações sobre o destino do lixo nas escolas revelaram que, em 2004, no Brasil, 49,3% das escolas que realizaram Educação Ambiental utilizava a coleta periódica como destino final do lixo; lamentavelmente, em segundo lugar encontram-se as escolas que queimam o lixo, com 41,3%; e, em terceiro lugar, as escolas que jogam o lixo em outras áreas, com 11,9%. A porcentagem de escolas que reutilizam ou reciclam o lixo não ultrapassa 5%. Porém, é preocupante o aumento da porcentagem de escolas que oferecem Educação Ambiental e que queimam o lixo produzido.

Nas cinco escolas onde foi aplicado o questionário, há o cultivo de hortas orgânicas na instituição de ensino. Desse modo, como afirmam os Parâmetros Curriculares Nacionais de Ciências Naturais, a produção e a manutenção de uma horta na escola servem ao estudo do ciclo vital e das características de diferentes plantas; pode ser de grande valor para a formação de atitudes de cooperação na realização de tarefas e oferecer oportunidades de trabalhar a valorização da máxima utilização dos recursos disponíveis para a obtenção de alimentos (BRASIL, 1999).

As escolas pesquisadas desenvolvem atividades voltadas para o Dia do meio ambiente, Dia mundial da água, dentre as atividades estão: exposições de cartazes, palestras com engenheiro ambiental; projeto sobre a importância da água; projetos e campanhas sobre preservação do ambiente e nascente de rios e córregos, confecção de cartazes e palestras sobre preservação ambiental.

Consideravelmente o próprio espaço físico pode ser usado de forma criativa em prol da educação ambiental: nas paredes, jornais, murais; nas bibliotecas, revistas e jornais de divulgação científica, livros instigantes de ficção científica ou mesmo de literatura; filmes nas videotecas; exposições de curiosidades e demonstrações, não só na sala de aula de Ciências se constrói conhecimento, mas nos pátios e nos corredores (MARCATTO, 2002). Mas é necessário trabalhar de forma sustentável, prevenindo que ao final desses eventos se tenham um resultado reverso, gerando uma grande proporção de resíduos sólidos e perdendo todo o valor educativo.

Diante do exposto, entendemos que a EA vem sendo trabalhada nas escolas, mesmo que de forma limitada. Mas, notamos claramente a necessidade de investimentos não só na capacitação daqueles que já estão em sala de aula, mas também na formação inicial dos docentes, tendo como foco uma mudança de paradigma para o entendimento da complexidade que envolve as questões ambientais, sendo o ambiente escolar terreno fértil para a consolidação do debate em torno da formação de uma nova sociedade, justa e igualitária.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu compreender que o principal eixo de atuação da educação ambiental deve buscar, acima de tudo, a solidariedade, a igualdade e o respeito à diferença através de formas democráticas de atuação baseadas em práticas interativas e dialógicas. Em relação aos problemas ambientais existentes em Silvanópolis como o lixão a céu aberto e os altos índices de desmatamento devido os plantios de soja, é relevante a mobilização e a insistência das escolas em discutir as práticas de Educação ambiental, trabalhando na sensibilização dos alunos e na cooperatividade da comunidade.

O município de Silvanópolis se destaca em relação a muitos locais do nosso Brasil, pois a Educação Ambiental existe e é colocada em prática, mas é necessário intensificação, envolvimento da comunidade, apoio de órgãos locais e estaduais para atividades práticas voltadas para as necessidades do município, contribuindo com a conscientização da sociedade de que a educação ambiental deve existir todos os dias, não somente em datas comemorativas. As ações ambientais devem ser vivenciadas no sentido que a própria escola consiga cumprir aquilo que é exposto nas inúmeras palestras apresentadas, saindo da teoria para a prática.

A Educação Ambiental desenvolvidas nas escolas deve abordar além da preservação e restauração do ambiente, uma política ambiental efetiva, discutindo sobre a legislação, com ações multiplicadoras de atitudes sustentáveis, tornando os alunos conhecedores e gestores do seu próprio ambiente (seja a escola, a rua, o bairro, a cidade, a fazenda). O papel principal da educação ambiental é contribuir para que as pessoas se sensibilizem e adotem uma nova postura em prol do seu ambiente.

6. AGRADECIMENTOS

Às escolas do município de Silvanópolis - TO, que forneceram os dados para pesquisa e ao curso de Licenciatura em Biologia/EaD/UFT, por todo apoio, formação e acompanhamento pedagógico.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. S. V.; OLIVEIRA, L. G.; SAITO, C. H. A contribuição do material do PROBIO/EA e seu potencial no Ensino de Ciências e Biologia. **Revista da SBEnBIO**, v. 3, p. 3105-3114, 2010.

ALMEIDA, A. S. V. **A inclusão da Educação Ambiental nas escolas públicas do Estado de Goiás**. 2011. 124f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática, Goiás. 2011.

BIZERRIL, M. X. A.; FARIA, D. S. Percepção de professores sobre a educação ambiental no ensino fundamental. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 82, n. 200/201/202, p. 57-69, 2001.

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente**. Brasília: 1998a.

BRASIL. **A implantação da educação ambiental no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Brasília: 1998b.

BRASIL, **Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 12 de Mai. de 2014.

CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008. 256p.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=172065&search=tocantins|silvanopolis>. Acesso em: 25 de abr. de 2015.

JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, março, 2003. 17p.

KINDEL, E. A. I.; L, C. P. (Org.). **Educação ambiental: da teoria à prática**. Porto Alegre: Mediação, 2012. 142p.

MARCATTO, C. **Educação ambiental: conceitos e princípios**. 1 ed. Belo Horizonte: FEAM, 2002. 64p.

MEC - Ministério da Educação e Cultura/Unesco. **Educação na diversidade: o que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental?** Brasília: MEC/SECAD, 2007. 262p.

NARCIZO, K. R. S. Uma análise sobre a importância de trabalhar educação ambiental nas escolas. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. v. 22, 2009. 86-94p.

PAIVA, I. A. **Educação e realidade: interdisciplinar**. 1 ed. Natal: Editora da UFRN, 2005. 53p.

PIRES, B. V.; DA SILVA, D. C.; CRUVINEL, D. F. C.; DE CARVALHO, J. A.; BARBOSA, R. A.; COSTA, V. P. **A visão docente frente a projetos ambientais em sala de aula nas escolas públicas**. In: CONGRESSO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE DE POÇOS DE CALDAS. v.10, 2013.

SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental**. Porto Alegre: Artmed, 2005. 228p.

SAITO, C. H (coord.). **PROBIO: Educação Ambiental**. Departamento de Ecologia da Universidade de Brasília/MMA. Brasília, 2006. 136p.

SILVA, A. C. S. **O trabalho com Educação Ambiental em Escolas de Ensino Fundamental** 2008. Disponível em: <http://cead.aeduvirtual.com.br/201401/mod/assign/view.php?id=32859>. Acesso em: 12 de Jun. de 2014.

SOUSA, G. L.; MEDEIROS, A. B. D.; MENDONÇA, M. J. S. L.; OLIVEIRA, I. P. A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais. In: **Revista Faculdade Montes Belos**, v. 4, n. 1, set. 2011. Disponível em: <http://www.revista.fmb.edu.br/index.php/fmb/article/view/30>. Acesso em jan. de 2015

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; JUNIOR, L. A. F. ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa, Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI**, v. 31, n. 2, p.285-299, 2005.